ENTREVISTA

"Não basta atrair candidatos, é preciso que cheguem ao fim"

Paulo Jorge Ferreira Novo presidente do Conselho de Reitores das Universidades alerta para financiamento deficitário, o que exige uma discussão global e não individual

POR
Joana Amorim
jamorim@jn.pt

O novo presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) defende a diversidade das instituições e o seu papel no território. Para Paulo Jorge Ferreira, reitor de Aveiro, o caminho faz-se pela colaboração. É imperativo um olhar global, e não individual, sobre o financiamento. E atentar à ação social. Com cada vez menos alunos, urge dar condições para que cheguem ao fim.

MARIA JOÃO GALA / GLOBAL IMAGENS

Reitor da Universidade de Aveiro, Paulo Jorge Ferreira, foi eleito para um mandato de três anos

Ter havido duas candidaturas ao CRUP (ganhou com 11 votos contra cinco, do reitor da UMinho), é sinal de alguma divisão?
Não percebo a pergunta. O resultado em si é expressivo. Quando uma candidatura tem mais do dobro dos votos da outra acho que não há assim uma enorme divisão. Depois da eleição é que deve haver uma concertação. Ficamos mais preparados para o futuro com duas candidaturas.

Na sua primeira intervenção, sublinhou a importância da diversidade das instituições e do seu papel na coesão territorial.
As nossas instituições são muito diferentes entre si, têm organizações e dimensões distintas e estão em regiões do país distintas. Mas esta diversidade é uma riqueza. Se fossem todas iguais, eram todas igualmente vulneráveis às mesmas fragilidades. Não temos um conjunto de instituições desgarradas, mas uma rede de Ensino Superior.

Numa altura em que estavam em revisão dossiês como o financiamento ou o regime jurídico, e com a atual situação do país, quais as suas prioridades?
Há dossiês que estavam em curso e que a atual conjuntura vem de alguma foram interromper. Sobre eles, o CRUP já se tinha pronunciado e continuará a acompanhar.

Nomeadamente?
O regime jurídico das instituições, ninguém sabe exatamente o que irá acontecer. Já tinham sido recolhidos vários contributos, que espero agora não caiam em saco roto e que se possa continuar um processo que até já se devia ter iniciado no passado. Os dossiês estão em diferentes estágios de processamento. O FCT – Tenure, que tem a ver com a carreira dos investigadores e é uma das grandes preocupações das universidades, o primeiro aviso já tinha sido lançado.

Temos a negociação do contrato para a legislatura.
O horizonte temporal desse contrato fica condicionado pela conjuntura política atual e não há, com certeza, condições para decidir numa forma plurianual.

Um dos pontos do contrato é o financiamento. Qual a sua posição sobre esta matéria?
Sobre o financiamento, em vez de se discutir a situação concreta de cada instituição, acho que é bom que haja consciência do seguinte: na nota explicativa [do Orçamento do Estado] do Ministério diz-se que há uma diferença de seis mil dólares por estudante entre a média da OCDE e a média portuguesa, isto sobre despesa/investimento no Ensino Superior. Como temos nas universidades públicas que compõem o CRUP 225 mil estudantes, para a média da OCDE tínhamos de ter mais de 1,3 mil milhões de dólares de paridade de poder de compra no sistema. Estarmos a analisar as situações pontualmente pode ser enganador, porque, na verdade, o sistema está fortemente deficitário.

O modelo vai nesse caminho?
Se formos ver a dotação total do Ensino Superior, há uma diferença enorme. Há caminho a percorrer, Portugal tem percorrido esse caminho, tem contado com as suas instituições. Temos de ter consciência que estes 1,3 mil milhões em falta são um investimento no nosso futuro nos próximos 50 anos. Fazemos muito com pouco.

Quais as linhas de trabalho do seu mandato?
A agenda do Conselho é do plenário, não é do presidente. Mas há dimensões de colaboração das universidades que gostaria de apontar. Uma é o nosso esforço colaborativo para a cibersegurança: o CRUP, no passado, aprovou uma decisão pela qual todas as instituições colaborariam para a cibersegurança e para os sistemas de informação. A decisão foi unânime e foi proposto ao CCISP que os institutos superiores politécnicos pudessem também ter este desafio; e aceitaram. Acho que é este o caminho para o futuro. Quando os recursos são escassos é quando as instituições têm a obrigação acrescida de colaborar.

> "Não temos um conjunto de instituições desgarradas, mas uma rede de Ensino Superior"

> "Quando os recursos são escassos é quando as instituições têm a obrigação acrescida de colaborar"

E ao nível da ação social?
Preocupa-me a ação social. Há propostas, nomeadamente a autonomização do financiamento da ação social indireta, que é uma ideia que deve ser continuada. Temos menos jovens; temos, por isso, menos talentos. Já se começou a sentir na procura pelo Ensino Superior, uma vez que o número de candidatos baixou 4% relativamente ao ano anterior e 7,7% relativamente há dois anos. A ação social é importante para que aqueles que chegam tenham condições de concluir. Se por razões de natureza económica, por exemplo, o estudante tiver de abandonar é um investimento que o país começou e não concretizou, é um prejuízo para a sociedade. Quanto mais raros são os talentos, mais preciosos se tornam. Não basta atrair candidatos para o Ensino Superior, é preciso conseguir que eles cheguem ao fim.

A reprogramação do PRR vai de encontro às necessidades em termos de alojamento?
O esforço que está em curso é fundamental. Os concursos nacionais de acesso não acabam com as colocações, mas com as matrículas. Se as pessoas chegarem às cidades e não encontrarem soluções de alojamento acessíveis, não se podem matricular e isso leva a que as instituições até preencham as suas vagas, mas depois os candidatos colocados não encontram condições sequer para se matricularem. É absolutamente preocupante.